

YAMAKI NI OHOTAI XOA! A batalha pela Narrativa, a Etnocomunicação e as Tramas Digitais do Povo Yanomami¹

YAMAKI NI OHOTAI XOA! La batalla por la Narrativa, la Etnocomunicación y las Redes Digitales del Pueblo Yanomami

YAMAKI NI OHOTAI XOA! The Battle for Narrative, Ethnocommunication, and the Digital Networks of the Yanomami People

Vilso Junior Santi²

Resumo: O estudo analisa como lideranças e associações Yanomami têm mobilizado a etnocomunicação e o ativismo digital, especialmente no X (Twitter) e no Instagram, para enfrentar a crise humanitária em seus territórios. A partir das campanhas #ForaGarimpoForaCovid e #CadêOsYanomami, examinamos estratégias narrativas insurgentes que afirmam territorialidade, cosmologia e protagonismo indígena. Dialogando com pesquisas recentes sobre a cobertura de G1 Roraima, FolhaBV e Agência Brasil, evidenciamos como essas práticas desafiam a invisibilidade midiática e operam como gesto de resistência e reexistência, reinscrevendo os povos da floresta no debate público e ampliando o giro decolonial na comunicação.

Palavras-chave: Etnocomunicação; Ativismo Digital; Povos Yanomami.

Resumen: Este estudio analiza cómo los líderes y asociaciones yanomami han movilizado la etnocomunicación y el activismo digital, especialmente en X (Twitter) e Instagram, para afrontar la crisis humanitaria en sus territorios. A través de las campañas #ForaGarimpoForaCovid y #CadêOsYanomami, examinamos estrategias narrativas insurgentes que afirman la territorialidad, la cosmología y el protagonismo indígena. En diálogo con investigaciones recientes sobre la cobertura de G1 Roraima, FolhaBV y Agência Brasil, destacamos cómo estas prácticas desafían la invisibilidad mediática y funcionan como un gesto de resistencia y reexistencia, reinscribiendo a los pueblos del bosque en el debate público y ampliando el giro decolonial en la comunicación.

Palabras Clave: Etnocomunicación; Activismo digital; Pueblo Yanomami.

Abstract: This study analyzes how Yanomami leaders and associations have mobilized ethnocommunication and digital activism, especially on X (Twitter) and Instagram, to confront the humanitarian crisis in their territories. Using the campaigns #ForaGarimpoForaCovid and #CadêOsYanomami, we examine insurgent narrative strategies that affirm territoriality, cosmology, and Indigenous protagonism. Engaging with recent research on the coverage by G1 Roraima, FolhaBV, and Agência Brasil, we highlight how these practices challenge media invisibility and operate as a gesture of resistance and re-existence, reinscribing the forest peoples in the public debate and expanding the decolonial turn in communication.

Keywords: Ethnocommunication; Digital Activism; Yanomami People.

¹ Yamaki Ni Ohotai Xoa! (Em português: Nós ainda estamos sofrendo!) Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 09 a 12 de junho de 2026.

² Professor-pesquisador do Curso de Jornalismo (CCJ/UFRN), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFRN) e do Doutorado em Rede do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA). Coordena o Grupo de Pesquisa AMAZOOM - Observatório Cultural da Amazônia e do Caribe (CNPq). vjrsanti@gmail.com

Introdução

O povo Yanomami³, um dos maiores grupos indígenas relativamente isolados da América do Sul enfrenta, ao longo de sua história recente, sucessivas e profundas crises humanitárias. Tais crises são alimentadas, em grande medida, pela invasão persistente e violenta de seus territórios (Gomes, 2024). Em 2020, mais de 20.000 garimpeiros ilegais novamente adentraram a Terra Indígena Yanomami, instaurando uma presença que desestrutura modos de vida, contamina rios com mercúrio, dissemina doenças e impõe uma rotina de medo – como se cada ronco de motor ao longe anunciasse uma nova fratura no tecido da floresta. Ainda hoje a ameaça permanece viva e pulsante, pairando sobre uma das maiores terras indígenas do Brasil como uma sombra que insiste em não recuar.

Diante dessa violação sistemática de direitos, lideranças e associações Yanomami têm se apropriado, de forma estratégica e inventiva, de plataformas digitais como *X (antigo Twitter)* e *Instagram*. Nesse movimento, reconstroem formas próprias de comunicar – para nós insurgentes, decoloniais e por vezes entrelaçadas à cosmologia que anima a floresta e os espíritos que nela habitam. Este estudo argumenta que tais práticas, aqui compreendidas como etnocomunicacionais, ultrapassam o mero uso instrumental de tecnologias. Elas se constituem como ferramentas políticas e epistêmicas voltadas à defesa do território, da vida e da própria possibilidade de existência Yanomami.

Os estudos que mobilizamos demonstram que, por meio de narrativas autônomas, essas vozes desafiam a invisibilidade imposta pela mídia hegemônica e confrontam estruturas de poder que historicamente tentaram silenciá-las. Nas redes, sua palavra circula como flecha, canto e denúncia: um modo de reencantar o espaço público digital e reinscrever a floresta em pé no coração do debate nacional.

A proposta aqui é dialogar com os resultados das pesquisas de Gomes (2024), Pio (2025), Costa Silva e Santi (2025) e Silva e Santi (2025), de modo a evidenciar o uso estratégico das plataformas *X (antigo Twitter)* e *Instagram* pelas associações Yanomami *Hutukara* (@Dario_Kopenawa)⁴ e *Urihi* (@urihiyanomami)⁵. Esses estudos, que analisam campanhas como *#ForaGarimpoForaCovid* e *#CadêOsYanomami*, permitem compreender como tais organizações constroem repertórios comunicacionais insurgentes.

³ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>. Acesso em: 17 nov. 2025.

⁴ Disponível em: https://x.com/Dario_Kopenawa. Acesso em: 17 nov. 2025.

⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/urihiyanomami/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

Além disso, nosso relato observa o papel dos portais *Gl Roraima*⁶, *FolhaBV*⁷ e *Agência Brasil*⁸ na cobertura sobre os Yanomami, estabelecendo um diálogo entre os conceitos de Etnocomunicação, Narrativa e Ativismo Digital. A partir dessa costura, buscamos evidenciar, com especial atenção, de que modo os processos comunicativos protagonizados pelo povo Yanomami contribuem para a decolonização da comunicação e para a construção de narrativas próprias, ancoradas em territorialidades, ancestralidades e cosmologias diversas. Narrativas que brotam da floresta com a mesma força dos rios que a atravessam.

Ambas as pesquisas adotam como trilha metodológica inicial a catografia (Mendes-Guilherme, 2022). Contudo, o percurso analítico acaba por se concretar em uma abordagem inspirada na cartografia transmetodológica (Rosário & Coca, 2018; Maldonado, 2019) e nos princípios teórico-metodológicos formulados por Santi (2014). Essa base se combina, ainda, com ferramentas como análise de conteúdo (Bardin, 2011), análise do discurso (Benetti, 2007) e estudos de narrativa e narratologia (Motta, 2013), permitindo observar, em múltiplas camadas, os sentidos disputados e produzidos nesses ecossistemas comunicacionais.

Ao longo do relato, problematizamos o arcabouço conceitual que sustenta a etnocomunicação Yanomami, articulando-as com discussões sobre o giro decolonial na comunicação. Em seguida, apresentamos estudos de caso sobre as campanhas de ativismo digital (em especial *#ForaGarimpoForaCovid* e *#CadêOsYanomami*) para ilustrar a materialização dessas estratégias nas plataformas. Por fim, avaliamos o impacto dessas mobilizações, a relação complexa e muitas vezes desigual com a imprensa tradicional e os desafios que persistem, demonstrando como a etnocomunicação se tornou, para o povo Yanomami, um território fundamental de luta, reexistência e afirmação – uma espécie de espaço vivo onde palavras, imagens e cosmologias se entrelaçam como redes de denúncia e proteção.

1. O Contexto da Luta: Território, Ameaças e Cosmologia

Para analisar as estratégias de comunicação do povo Yanomami, é indispensável compreender o contexto em que sua luta se inscreve. Suas práticas comunicacionais não emergem no vácuo; ao contrário, brotam de um solo denso de significados, inseparável do território, das ameaças existenciais que enfrentam e da cosmologia que orienta a circulação da

⁶ Disponível em: <https://gl.globo.com/rr/roraima/> . Acesso em: 17 nov. 2025.

⁷ Disponível em: <https://www.folhabv.com.br> . Acesso em: 17 nov. 2025.

⁸ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br> . Acesso em: 17 nov. 2025.

vida na floresta. A maneira como comunicam é, portanto, um reflexo direto de sua relação com a terra (uma relação que não é apenas geográfica, mas ontológica) e de sua visão de mundo, que sustenta suas resistências e dá sentido às denúncias que ecoam nas plataformas digitais que utilizam (Gomes, 2024; Pio, 2025).

Como lembram Costa Silva e Santi (2025, p. 32-35) e Santi e Gomes (2025, p. 200-2003), a última Crise Humanitária consolidou-se em meio ao cerco de uma invasão garimpeira sem precedentes na Terra Indígena Yanomami (TIY), com a presença estimada de mais de 20.000 invasores. Essa ocupação ilegal não se estabeleceu de forma silenciosa: ela avançou como uma ferida aberta na paisagem, deixando um rastro de devastação ambiental, contaminação, fome, violência e desestruturação social. É como se, a cada hélice de avião clandestino que rasgasse o céu, um fragmento do equilíbrio cosmológico Yanomami fosse também arrancado. Lembramos que, para esse povo, o território não é apenas um lugar, mas um ser vivo em permanente diálogo com seus múltiplos habitantes.

Conforme demonstram Gomes (2024, p. 42) e Santi e Gomes (2025, p. 197), a atividade garimpeira desencadeia um ciclo contínuo de violência direta, marcado por ataques armados, intimidação cotidiana e uma profunda desestruturação das comunidades. Mulheres e jovens tornam-se alvos de aliciamento e violência sexual, muitas vezes coagidos mediante ofertas de comida ou bens industrializados – uma dinâmica que evidencia, de forma brutal, a assimetria de poder imposta pelos invasores. Do ponto de vista ambiental, o garimpo ilegal provoca desmatamento acelerado e contamina rios com mercúrio, envenenando a água, os peixes e, por consequência, os próprios Yanomami. A floresta, ferida em seu silêncio ancestral, parece devolver esses sinais de intoxicação como um lamento que atravessa comunidades inteiras.

Como lembram Santi e Gomes (2025, p. 198-200), a presença dos garimpeiros também funciona como “vetor de disseminação de doenças” para as quais os Yanomami possuem baixa imunidade – como a malária, a gripe e, mais recentemente, a Covid-19. Somada à destruição de seus meios tradicionais de subsistência, essa exposição forçada resulta em um quadro de desnutrição severa (sobretudo entre crianças) e na desorganização social das comunidades. Aí a vida comunitária, antes alinhada ao ritmo dos rios e dos espíritos que regem o equilíbrio da floresta, vê-se abruptamente tensionada pela lógica da urgência, da doença e da sobrevivência.

Nesse ecossistema tensionado, a cosmologia como base e fundamento da resistência, igualmente se evidencia na pesquisa de Gomes (2024, p. 57). Nela a luta Yanomami não se resume à disputa por um território físico; ela diz respeito à preservação de um mundo inteiro.

A pesquisa comprova que sua resistência (e, por extensão, suas formas de comunicação) estão enraizadas em conceitos cosmológicos que estruturam sua existência e orientam a relação vital que mantêm com a terra. Assim, cada denúncia, cada narrativa e cada gesto comunicacional é também um gesto, uma afirmação de sua tentativa de continuidade de seu modo de vida e do seu jeito de nomear as coisas.

Conforme explicam Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), *Urihi*, por exemplo, pode ser traduzida para nós *Napëpë* como “terra-floresta viva”. Para os Yanomami, *Urihi* não é um recurso a ser explorado, mas uma entidade ontológica complexa e senciente, responsável por articular a vida de humanos, espíritos (*Xapiri*) e demais seres não-humanos em um mesmo corpo coletivo. É, como afirmam os autores, a “carne e pele da terra”. Nesse sentido, a escolha do nome *Urihi* por uma das principais Associações Yanomami não é meramente simbólica: trata-se de uma declaração política e cosmológica, um lembrete de que defender o território é defender o tecido vivo do mundo, aquilo que sustenta a existência e ressoa nas comunidades como um compromisso ancestral.

Segundo Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), *Hutukara* também se refere ao antigo céu que, nos tempos primordiais, desabou para dar origem ao mundo atual, a *Urihi*. Ao nomearem a principal organização do seu povo como *Hutukara* Associação Yanomami (HAY), os Yanomami evocam essa origem mítica, posicionando-se como guardiões não apenas de sua terra, mas do próprio planeta. O nome carrega a responsabilidade ancestral de “sustentar o céu”, mantendo-o firme para que o mundo permaneça em equilíbrio. Uma tarefa que, como lembram Santi e Gomes (2025, p. 191), assume novos contornos diante das ameaças impostas pelo garimpo e pela destruição ambiental. Assim, ao pronunciar “*Hutukara*”, os Yanomami nos lembram sempre que o céu pode tombar novamente, caso o cuidado com a floresta seja corrompido.

No trabalho de Gomes (2024, p. 50), *Xawara* aparece como um conceito central: pode ser traduzido como “epidemia” ou “fumaça de metal”, historicamente associado às doenças introduzidas pelos não-indígenas (*Napëpë*). Para os Yanomami, porém, as epidemias não são eventos estritamente biológicos; elas constituem emanações mortíferas liberadas pela destruição da floresta e pela exploração mineral, como descrevem Kopenawa e Albert (2015, p. 52). Entre os Yanomami a pandemia de Covid-19, portanto, foi imediatamente interpretada como uma nova e poderosa *Xawara* - uma fumaça venenosa impulsionada pelas máquinas, pelos motores clandestinos e pela presença massiva e ilegal de garimpeiros no território. Nessa

compreensão cosmológica, doença e devastação caminham juntas como sinais de um mundo que adocece quando a floresta é ferida.

Esse enquadramento cosmológico não é uma simples interpretação cultural; ele constitui a própria fundação epistemológica da resistência política e etnocomunicacional Yanomami. Ao nomear a pandemia como *Xawara*, os Yanomami denunciam o garimpo ilegal não apenas como uma invasão territorial, mas como a origem da doença e da morte – uma força corrosiva que desestabiliza o corpo da floresta e o corpo das pessoas ao mesmo tempo. Nesse ecossistema complexo sua cosmologia é acionada como um instrumento contundente de acusação política, capaz de iluminar, via estratégias e práticas comunicacionais, o crime ambiental e humanitário que se desenrola em seu território com a força de uma verdade que não pode ser dissociada da vida.

A profundidade dessa conexão entre território, cosmologia e existência revela por que a própria sobrevivência exige o desenvolvimento de formas de comunicação autônomas e potentes, capazes de traduzir, para o país e para o mundo, a urgência da luta Yanomami. Nos seus gestos comunicacionais os indígenas denunciam e protegem, narram e resistem, fazendo circular palavras que carregam não apenas informação, mas mundos inteiros em disputa.

2. Etnocomunicação como Prática Insurgente

A partir dos trabalhos de Gomes (2024) e Pio (2025), é possível compreender a etnocomunicação indígena como uma prática de resistência. Aí as práticas e estratégias comunicacionais, desenvolvidas pelas associações Yanomami, não podem ser reduzidas a um uso instrumental de tecnologias (digitais); elas representam a consolidação de uma prática política e epistêmica robusta. Nesse sentido, a etnocomunicação emerge como um conceito central para entender como os povos indígenas têm desafiado narrativas coloniais e afirmado seu protagonismo, transformando a comunicação em ferramenta de luta, reexistência e reencantamento do mundo.

A etnocomunicação indígena, conforme delineiam Gomes (2024), Pio (2025), Costa Silva e Santi (2025) e Silva e Santi (2025), pode ser definida como um conjunto de práticas comunicacionais que se distinguem por seu caráter decolonial e por seu profundo enraizamento cultural. Em sua base, articulam-se elementos como protagonismo e autoria, territorialidade e raiz, resistência à colonialidade e a afirmação de epistemologias próprias. Trata-se de uma comunicação que brota da terra e que carrega consigo memórias, mundos e cosmologias outras,

funcionando simultaneamente como instrumento de denúncia, afirmação identitária e horizonte político.

O protagonismo e a autoria são elementos centrais porque se trata de uma comunicação produzida por e a partir dos próprios povos indígenas. Essa dinâmica representa uma ruptura profunda com o modelo histórico da comunicação indigenista, majoritariamente elaborado por não-indígenas que falavam sobre ou pelos indígenas. Aqui, como destaca Gomes (2024, p. 71), o indígena deixa de ocupar o lugar de objeto da comunicação para tornar-se sujeito pleno do processo comunicativo – quem narra, interpreta, denuncia e conduz os sentidos que deseja tornar públicos. Trata-se de um deslocamento epistemológico que redefine as relações de poder no campo comunicacional.

A etnocomunicação Yanomami também se distingue por ser uma comunicação “com raiz, com território e com memória” (Pio, 2025, p. 53). Suas narrativas estão ancoradas em cosmologias, ancestralidades e na relação indissociável com a terra-floresta (*Urihi*). Não é uma comunicação utilitária ou instrumental: ela se constitui como extensão do próprio território e de suas histórias, atuando como meio para fortalecer a identidade, defender a terra e manter viva a memória coletiva. Cada enunciação Yanomami carrega a força do lugar, dos ancestrais e dos espíritos que sustentam a existência, como se a própria floresta soprasse as palavras que precisam circular.

A etnocomunicação aí funciona também como uma prática insurgente contra a invisibilidade histórica e contra as representações estereotipadas produzidas pela mídia hegemônica. Ao articular identidade étnica e territorialidade, ela se torna um instrumento potente na disputa por narrativas e na defesa de direitos. Nesse processo, a comunicação não é apenas meio, mas ato político, uma forma de afirmar existência diante de estruturas que, durante séculos, tentaram silenciá-la.

É Pio (2025, p. 53–63) quem estabelece, de maneira mais explícita, a ponte entre as práticas etnocomunicacionais indígenas e o chamado “giro decolonial”, movimento teórico e político que busca desestabilizar as hierarquias de saber e poder herdadas do colonialismo. Sob essa perspectiva, a etnocomunicação atua como instrumento para a decolonização do pensamento e da própria prática comunicacional, reposicionando os povos indígenas não como receptáculos vazios, mas como produtores legítimos e autônomos do sentido que eles emprestam ao mundo.

Pio (2025, p. 167–172) argumenta que esta etnocomunicação confronta diretamente a “colonialidade do comunicativo” - conceito que designa o processo histórico pelo qual os sistemas hegemônicos de mídia não apenas invisibilizaram os povos indígenas, mas também forjaram estereótipos nocivos, como o do “selvagem” ou do “obstáculo ao progresso”. Tais imagens, produzidas e reproduzidas ao longo de décadas, serviram para justificar a expropriação territorial e a violência física e simbólica contra corpos indígenas.

Ao insurgir contra essa estrutura, a etnocomunicação abre fissuras no modelo dominante, permitindo que outras vozes, outros mundos e outras epistemologias ressoem. É como se, por meio dela, a floresta encontrasse novas formas de falar e de se fazer ouvir no espaço público.

Ao reafirmar ontologias próprias, as práticas etnocomunicacionais expressam uma comunicação ancorada na visão de mundo Yanomami. Nesse movimento, suas cosmologias e saberes são inseridos em um campo historicamente dominado por paradigmas ocidentais, contribuindo para o tensionamento e a ampliação da pluralidade epistêmica. Trata-se de um deslocamento que reconfigura o espaço comunicacional ao reconhecer que múltiplos mundos e não apenas múltiplas vozes coexistem e disputam sentidos.

Conforme argumenta Pio (2025, p. 64–81), essas práticas promovem a autodeterminação narrativa, na medida em que a apropriação das ferramentas digitais permite que os povos indígenas controlem suas próprias histórias e histórias. Falam por si, com suas próprias palavras, imagens e até silêncios (estes últimos tão eloquentes quanto um canto ritual) num ato de soberania simbólica que subverte o regime discursivo dominante.

Como comprovaram as pesquisas, no contexto Yanomami, dois dos principais agentes dessas práticas são a *Hutukara* Associação Yanomami (HAY), que utilizou estrategicamente o *X (Twitter)* para o diálogo político (Gomes, 2024), e a *Urihi* – Associação Yanomami, que explorou o potencial visual do *Instagram* para veicular denúncias, afirmar sua cosmovisão e inscrever sua luta nos circuitos digitais (Pio, 2025).

Cada postagem, cada imagem e cada fio narrativo se convertem aí em um gesto comunicacional que reverbera simultaneamente no território e além dele. Como este relato busca evidenciar, tais conceitos ganham materialidade de modo especialmente potente nas campanhas de ativismo digital *#ForaGarimpoForaCovid* e *#CadêOsYanomami*, demonstrando, na prática, o alcance e a força da etnocomunicação como ferramenta de luta -

como evidenciam, de maneira consistente, os resultados apresentados por Gomes (2024) e Pio (2025).

3. Ativismo Digital Yanomami: Estratégias e Campanhas

Uma das análises que aqui mobilizamos é a campanha *#ForaGarimpoForaCovid*. Em 2020, em meio à crise sanitária global, o povo Yanomami enfrentou uma dupla ameaça existencial: a pandemia de Covid-19 (compreendida, em sua cosmologia, como uma nova *Xawara*) e a presença crescente de mais de 20.000 garimpeiros ilegais no território, que atuavam como vetores privilegiados de disseminação do vírus. Foi nesse cenário de emergência, em que a floresta parecia respirar com dificuldade e os espíritos *Xapiri* alertavam para um desequilíbrio profundo, que emergiu a campanha *#ForaGarimpoForaCovid*, uma das mais expressivas mobilizações digitais articuladas recentemente por povos indígenas na Amazônia (Gomes, 2024, p. 83–11).

A campanha foi cuidadosamente tecida, combinando ação política, mobilização social e comunicação estratégica em uma verdadeira costura de mundos, na qual a palavra indígena encontrou eco em redes digitais globalizadas. Conforme Gomes (2024, p. 84), a iniciativa foi idealizada pelo Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana, espaço político representativo que congrega ao menos cinco associações indígenas: *Hutukara* Associação Yanomami (HAY)⁹; Associação Wanasseduume Ye'kwana (SEDUUME)¹⁰; Associação das Mulheres Yanomami Kumirayoma (AMYK)¹¹; Texoli Associação Ninam do Estado de Roraima (TANER)¹²; e Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA)¹³.

Essas organizações, reunidas, arquitetaram uma mobilização que transpôs fronteiras físicas e simbólicas. Cada uma trouxe sua força própria – a clareza política, a autoridade tradicional, o protagonismo das mulheres, a memória dos rios, a palavra das comunidades – compondo uma frente comunicacional que fez a denúncia ecoar para muito além da floresta.

O objetivo central da campanha era público e notório: pressionar o governo brasileiro e os órgãos públicos competentes a cumprirem seu dever constitucional, cuidar da saúde e

⁹ Disponível em: <https://hutukarayanomami.org> . Acesso em: 17 nov. 2025.

¹⁰ Disponível em: https://www.facebook.com/seduume/?locale=pt_BR . Acesso em: 17 nov. 2025.

¹¹ Disponível em: <https://ayrca.wordpress.com/associacao-das-mulheres-yanomami-kumirayoma-amyk/> . Acesso em: 17 nov. 2025.

¹² Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/funai-participa-da-6a-assembleia-da-juventude-yanomami-do-alto-mucajai> . Acesso em: 17 nov. 2025.

¹³ Disponível em: <https://ayrca.wordpress.com> . Acesso em: 17 nov. 2025.

remover os garimpeiros ilegais da Terra Indígena Yanomami. A retirada dos invasores era apontada como a medida mais urgente e eficaz para conter a propagação do Coronavírus e proteger a vida das comunidades. Não se tratava apenas de uma demanda política, mas de um chamado por sobrevivência, como se as próprias árvores, entre murmúrios da floresta adoecida, repetissem o apelo dos Yanomami.

A liderança Dário Kopenawa Yanomami, vice-presidente da *Hutukara*, assumiu o papel central de porta-voz da mobilização. Sua presença no *X (Twitter)* funcionou como vetor estratégico de visibilidade, uma vez que a plataforma possibilitava seu diálogo direto com autoridades, políticos, jornalistas, formadores de opinião e a sociedade civil. Conforme destaca Gomes (2024, p. 88), o uso do *X (Twitter)* potencializou uma cobrança pública e imediata, ampliando o alcance da denúncia e permitindo que a palavra Yanomami circulasse com velocidade, como um grito que atravessa fronteiras digitais e institucionais.

A campanha adotou a hashtag *#ForaGarimpoForaCovid* como um agregador discursivo, unificando denúncias e mobilizando redes de apoio diversas. Entre as principais estratégias, destacou-se a prática da “panfletagem digital”, empregada para disseminar, de forma sistemática, informações sobre: a contaminação dos rios, a destruição da floresta, a violência contra as comunidades e a omissão do Estado diante da crise humanitária.

Gomes (2024, p. 93-103) mostra que essa ação configurou um fluxo constante de comunicação, como se cada postagem fosse uma flecha lançada contra a apatia nacional, estourando bolhas informacionais e demonstrando a gravidade da situação para diferentes públicos. Assim, a campanha ativou uma rede de solidariedade que ecoou dentro e fora da Amazônia em um coro que se alinhou ao clamor das comunidades.

Como enfatiza Gomes (2024, p. 104-111), a mobilização alcançou resultados expressivos, demonstrando a potência da etnocomunicação (agora digital) como ferramenta de ação política. A petição online criada no âmbito da campanha, cuja meta inicial era conseguir 200 mil assinaturas, ultrapassou esse número com folga, alcançando mais de 400 mil apoiadores. Esse engajamento massivo ampliou significativamente a visibilidade da crise Yanomami, inserindo o tema na agenda pública nacional e internacional e aumentando a pressão sobre as autoridades responsáveis. Era como se cada assinatura acrescentasse mais uma voz ao coro que ecoava a partir da floresta, rompendo o isolamento imposto pelo negacionismo institucional do governo de Jair Bolsonaro.

Um dos aspectos mais notáveis da campanha foi também o período de “silêncio” nas postagens de Dário Kopenawa, entre agosto e outubro de 2020. Longe de representar um vazio comunicacional, essa ausência tornou-se, ela própria, uma forma eloquente de discurso. O silêncio operou aí como denúncia e protesto, sinalizando o descaso governamental e evidenciando a falta de ações concretas por parte do Estado. Como observa Gomes (2024, p. 108–109), esse hiato discursivo destacou a gravidade da omissão estatal, um silêncio de resposta que se chocava com o grito de urgência vindo das comunidades. Assim, a pausa comunicacional de Dário enquanto os Yanomami ainda morriam transformou-se em estratégia simbólica, tão expressiva quanto qualquer outra palavra postada.

O sucesso da campanha *#ForaGarimpoForaCovid*, focada em uma ameaça sanitária contínua e estrutural, contrasta intensamente com a mobilização digital que se seguiria pouco tempo depois, desencadeada por um ato de violência brutal e singular, que exigiu uma resposta imediata e visceral da sociedade. Se a campanha *#ForaGarimpoForaCovid* foi construída como um clamor persistente, ritmado, quase ritual, a mobilização subsequente *#CadêOsYanomami* explodiu como um relâmpago sobre o céu da *Hutukara*, convocando atenção instantânea para mais uma ferida aberta no território.

Em abril de 2022, uma nova onda de ativismo digital irrompeu como um movimento quase sísmico, em resposta a uma denúncia de violência extrema no território Yanomami. Diferente da campanha anterior *#ForaGarimpoForaCovid* construída em torno de uma ameaça contínua e estrutural, a mobilização *#CadêOsYanomami* emergiu como reação imediata, visceral e inadiável a um acontecimento singular e profundamente chocante. Essa diferença de temporalidade (do lento fogo à explosão súbita) revela outra face das práticas de etnocomunicação Yanomami e de sua interação com o ecossistema midiático contemporâneo (Silva e Santi, 2025).

Segundo Silva e Santi (2025, p. 50-52), o movimento foi desencadeado em 25 de abril de 2022, após uma denúncia feita por Júnior Hekurari Yanomami, à época presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kwana (Condisi-YY). Ele relatou o estupro e a morte de uma menina Yanomami de 12 anos por garimpeiros, além do subsequente desaparecimento de toda a comunidade de Aracaçá.

A campanha, portanto, não buscava pressionar por políticas estruturais de longo prazo, como no caso da *Xawara* do Covid e do garimpo, mas sim provocar uma mobilização reativa, intensa e urgente. O objetivo principal era pressionar autoridades a fornecerem respostas

imediatas sobre o paradeiro da comunidade de Aracaçá, a veracidade e as circunstâncias da violência denunciada e as medidas emergenciais a serem tomadas diante de um possível crime de grande gravidade.

A denúncia caiu no espaço público como uma pedra lançada no espelho d'água: instantaneamente gerou ondas de indignação, reverberações midiáticas e uma corrida por respostas. Nesse cenário, o ativismo digital funcionou como sirene e tambor convocando, em ritmo acelerado, atenção social e institucional. A campanha *#CadêOsYanomami* não contou com um porta-voz centralizado. Impulsionada pela gravidade da denúncia, a hashtag viralizou rapidamente, sendo incorporada por uma ampla diversidade de atores da sociedade civil: ativistas, organizações, influenciadores digitais e cidadãos comuns. Era como se a indignação coletiva tivesse encontrado, naquela palavra-chave, uma fresta para irromper.

A tática principal foi também a “panfletagem digital”, sustentada pelo uso intenso da hashtag como um grito de alerta, um chamado urgente dirigido aos órgãos públicos, especialmente à Polícia Federal e ao Ministério Público, para que oferecessem respostas rápidas e efetivas. Como observam Silva e Santi (2025, p. 53-56), a mobilização se constituiu como um fluxo contínuo de interpelações e denúncias, funcionando como uma espécie de vigília digital que tentava iluminar, em tempo real, os recantos sombrios da omissão institucional.

Segundo Silva e Santi (2025, p. 57-62), a mobilização alcançou inicialmente uma repercussão midiática significativa. A hashtag pautou o jornalismo nacional, forçou autoridades a se pronunciarem e desencadeou a abertura de uma investigação oficial. Por alguns dias, o país voltou os olhos para a Terra Yanomami, como se a notícia tivesse rompido, ainda que brevemente, a couraça de indiferença que costuma encobrir a violência contra os povos indígenas.

No entanto, esse impacto revelou-se efêmero. Após uma visita oficial ao local, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal negaram a ocorrência dos fatos, afirmando não terem encontrado evidências do crime ou do desaparecimento da comunidade. A negação institucional, amplamente divulgada pela imprensa convencional, provocou uma rápida dissipação do engajamento nas redes sociais, evidenciando ainda a fragilidade das mobilizações virais diante de narrativas oficiais e da lógica acelerada do ciclo de notícias.

A hashtag *#CadêOsYanomami*, que dias antes ecoara como um trovão, foi lentamente absorvida pelo silêncio programado dos algoritmos e das plataformas. A flutuação da atenção pública mostrou que, diante do peso das instituições, mesmo uma onda de indignação pode se

desfazer como névoa deixando, porém, rastros importantes para a compreensão de como a etnocomunicação pode operar em contextos de choque, urgência e disputa narrativa.

4. A Cobertura da Mídia: Entre a Visibilidade e a Omissão

A análise da cobertura jornalística convencional neste contexto de crise ainda evidencia uma relação complexa e frequentemente problemática entre a grande mídia e os povos indígenas, marcada por um histórico persistente de invisibilidade, superficialidade e enquadramentos estereotipados (Silva e Santi, 2025, p. 57-61; Costa Silva e Santi, 2025, p. 38-43). Essa relação, longe de ser pontual, reflete uma estrutura comunicacional que tende a silenciar vozes indígenas e a enquadrar suas demandas apenas quando o drama ultrapassa o limite do tolerável.

As pesquisas demonstraram que, por anos, denúncias sistemáticas feitas pelas associações indígenas não foram suficientes para mobilizar a grande mídia. A cobertura só ganhou força quando a crise se tornou “impossível de ocultar”, especialmente após a circulação de imagens de forte impacto emocional. Essa lógica, guiada por critérios de noticiabilidade consagrados como ineditismo, atualidade e dramaticidade, reduz a compreensão da crise a episódios excepcionais, em vez de reconhecer o caráter estrutural dessa forma de violência (Costa Silva e Santi, 2025, p. 38-43). É como se os povos da floresta precisassem gritar em desespero para serem ouvidos, e não apenas falar.

Outro aspecto evidenciado foi a baixa diversidade de fontes nos portais locais, como *GI Roraima* e *FolhaBV*. A análise das matérias relacionadas ao caso *#CadêOsYanomami* revelou que a maior parte das notícias se apoiava em poucas fontes institucionais, relegando aos indígenas menos de 30% das falas diretas sobre os fatos. Como apontam Silva e Santi (2025, p. 62–68), a palavra indígena é frequentemente substituída pela voz de autoridades que falam *sobre* os Yanomami e não *com* eles. Esse apagamento discursivo reforça a colonialidade do comunicativo, restringindo a presença indígena a objeto, e não sujeito, da narrativa. Assim, aquilo que deveria ser plural transforma-se em eco, e o que poderia ser denúncia viva se converte apenas em relato burocrático.

Sabemos que as redações locais enfrentam múltiplos desafios para cobrir a crise Yanomami como: a distância geográfica das comunidades, a escassez de informações oficiais e o alto volume de desinformação que circula nas redes as vezes sem possibilidade de comprovação. Nessa dinâmica, o ativismo digital das organizações indígenas e dos seus

representantes funciona simultaneamente como “termômetro” e como fonte de pautas, orientando a atenção dos jornalistas para aquilo que as comunidades consideram urgente. Mas, também, exigindo um trabalho rigoroso de apuração e verificação (Silva e Santi, 2025; Costa Silva e Santi, 2025). A mídia comercial, nesse cenário, precisa mover-se entre a floresta e o ruído, tentando discernir, entre milhares de vozes, aquela que carrega a verdade da terra.

Já a cobertura da violência contra a Mulher Yanomami é discutida no trabalho de Costa Silva e Santi (2025). Os autores identificam também limitações significativas na forma como a violência contra a mulher Yanomami é tratada pela imprensa local (*GI Roraima*) e nacional (*Agência Brasil*). A análise das reportagens revela que a violência tende a ser enquadrada como um problema genérico, sem aprofundamento das especificidades de gênero e etnia, fundamentais para compreender a dinâmica das agressões.

A nomeação genérica do fenômeno como “violência” obscurece a relação entre agressores e vítimas, diluindo a responsabilidade dos perpetradores e invisibilizando a dimensão racializada do conflito. Embora se reconheça a violência contra mulheres como problema de saúde pública, as reportagens em geral carecem de informações concretas sobre obrigações legais, protocolos de atendimento e medidas efetivas que deveriam ser mobilizadas pelo sistema (Costa Silva e Santi, 2025).

Nas matérias são frequentes as recomendações superficiais que não enfrentam a gravidade da situação. Em síntese, o jornalismo pesquisado ainda retrata a violência, mas não a explica; menciona o horror, mas hesita em nomear quem o produz; reconhece a urgência, mas não esclarece as políticas necessárias para enfrentá-la. Assim, o povo Yanomami como um todo (e mais especificamente a mulher Yanomami) ainda aparecem nas matérias não como sujeitos, mas como sombra – presentes, porém subdimensionados.

5. Síntese Analítica: Estratégias e Desafios

A análise conjunta das campanhas *#ForaGarimpoForaCovid* e *#CadêOsYanomami* revela um padrão sofisticado de ativismo digital, marcado pela capacidade de moldar estratégias comunicacionais conforme a natureza da crise enfrentada. Trata-se de um ativismo sensível ao tempo e ao território: ora sustentado pela persistência de uma denúncia estrutural, ora mobilizado pela urgência de um acontecimento brutal. Em ambos os casos, evidencia-se nas pesquisas a potência da etnocomunicação como prática insurgente, capaz de convocar

solidariedades, tensionar instituições e projetar cosmologias indígenas no espaço público digital.

Os resultados das pesquisas aqui relatadas também iluminam os desafios estruturais enfrentados pelos comunicadores indígenas e indigenistas, especialmente na relação com o jornalismo tradicional. A grande mídia, especialmente em nível local, embora funcione em certos momentos como um palco de visibilidade, também se torna barreira: privilegia episódios excepcionais, negligencia processos históricos, simplifica conflitos complexos e limita a profundidade das narrativas indígenas. Assim, a relação entre etnocomunicação e imprensa se constrói em um campo de forças em que visibilidade e apagamento coexistem em constante tensionamento.

A Tabela 1, apresentada na sequência, sintetiza as principais características e impactos das duas mobilizações postas em tela pelas pesquisas, evidenciando suas naturezas distintas, porém complementares. Enquanto *#ForaGarimpoForaCovid* consolidou-se como uma campanha de longa duração, sustentada por estratégias contínuas e politicamente orientadas, *#CadêOsYanomami* emerge como um clamor urgente, um raio que rompeu a normalidade da esfera pública digital. Juntas, elas mostram como a palavra Yanomami encontra diferentes ritmos para resistir: ora contínua como rio, ora abrupta como a queda do céu.

Tabela 1 – Principais características das campanhas *#ForaGarimpoForaCovid* e *#CadêOsYanomami*

Característica	Campanha <i>#ForaGarimpoForaCovid</i>	Campanha <i>#CadêOsYanomami</i>
Estopim	Ameaça epidemiológica (Covid-19) agravada pela presença de garimpeiros.	Denúncia de um evento de violência extrema (estupro e morte de uma menina de 12 anos e desaparecimento da comunidade de Aracaçá).
Objetivo	Pressão política de longo prazo pela remoção dos invasores.	Mobilização reativa e urgente por respostas imediatas das autoridades sobre o desaparecimento.
Protagonismo	Liderado por Dário Kopenawa e o Fórum de Lideranças.	Impulsionado por múltiplos atores da sociedade civil, ativistas e influenciadores, em resposta à denúncia inicial de Júnior Hekurari.
Principal Tática	Petição online, denúncias contínuas e uso da hashtag para consolidar uma causa.	Uso massivo e viral da hashtag como um grito de alerta e cobrança, funcionando como “panfletagem digital” para gerar pressão imediata.
Resultado	Grande coleta de assinaturas e aumento da visibilidade da crise sanitária.	Ampla repercussão midiática inicial, mas com rápida dissipação do engajamento após a negação oficial dos fatos.

Fonte: Elaboração própria.

As pesquisas demonstraram que as práticas de etnocomunicação, o ativismo digital Yanomami e o jornalismo profissional mantêm uma relação marcada simultaneamente por interdependência e tensão. Se, por um lado, a mídia tradicional depende das denúncias e mobilizações digitais para acessar informações e atualizar suas pautas, por outro, os comunicadores indígenas ainda dependem da visibilidade jornalística para ampliar o alcance de suas narrativas. Nesse encontro, contudo, nem sempre há equilíbrio: muitas vezes, as palavras que brotam da floresta chegam às redações já filtradas, enquadradas ou minimizadas.

Enquanto as práticas etnocomunicativas marcadas pelo ativismo digital atuam para pautar a grande mídia e amplificar suas denúncias, a cobertura jornalística convencional é frequentemente marcada por suas limitações estruturais. Muitas reportagens são genéricas, superficiais e tardias, tratando a violência de forma descontextualizada e sem aprofundar suas dimensões étnicas, políticas ou de gênero. Além disso, a cobertura em geral e de modo recorrente aciona poucas fontes indígenas (nem sequer as lideranças), perpetuando um ciclo de sub-representação e reforçando estratégias de colonialidade do comunicativo.

A imprensa comercial funciona, assim e ao mesmo tempo, como palco (quando ajuda na visibilidade) e como obstáculo, quando restringe a complexidade das narrativas ou reproduz silenciamentos históricos. As entrevistas realizadas com editoras de veículos locais de Roraima revelam, porém, que também há desafios concretos enfrentados pela imprensa na cobertura da crise Yanomami. Entre eles: a dificuldade de acesso ao vasto e remoto território Yanomami; a escassez de informações oficiais ou a lentidão na sua divulgação por parte das autoridades; e a necessidade de navegar em um ambiente atravessado por polarização política, desinformação e disputas narrativas nas redes sociais.

Esses obstáculos fazem com que a apuração aprofundada, segundo elas seja, muitas vezes, um exercício quase artesanal – como quem tenta decifrar, em meio ao ruído das redes e ao silêncio das instituições, a verdade que pulsa na terra-floresta. A imprensa, assim, transita entre o esforço de informar e os limites impostos por estruturas logísticas, políticas e epistemológicas que ultrapassam o âmbito jornalístico.

Entretanto, a relação de interdependência no ecossistema informativo torna-se ainda evidente quando observamos o ativismo digital indígena como fonte primária, inclusive para a mídia comercial local e nacional. As denúncias feitas por lideranças como Júnior Hekurari, da *Urihi* (Pio, 2025), e Dário Kopenawa, da *Hutukara* (Gomes, 2024), publicadas em suas redes sociais, frequentemente constituem o ponto de partida da cobertura jornalística.

Essa dinâmica revela uma interdependência real: o ativismo digital ainda precisa da imprensa para ampliar o alcance de suas denúncias, enquanto a mídia depende das vozes indígenas nas redes para acessar informações que, de outro modo, permaneceriam invisíveis – não porque não existam, mas porque o Estado e suas instituições raramente as tornam públicas.

Trata-se, portanto, de uma interação delicada, um território de tensões e alianças momentâneas. Se a floresta fala através de seus comunicadores indígenas, é a mídia que muitas vezes ecoa, amplia ou distorce essa fala. Nesse entrelaçamento, torna-se evidente que, para a sobrevivência do povo Yanomami, a batalha pela narrativa é tão crucial quanto a luta pelo cuidado com a sua terra. Aí defender o território físico e defender o território simbólico são gestos inseparáveis – duas frentes de uma mesma guerra que se trava no chão da floresta e também na arena informacional.

Considerações e Implicações

Este relato demonstrou como o povo Yanomami, por meio de suas lideranças e associações, utilizou da etnocomunicação e apropriou-se do ativismo digital como ferramentas estratégicas e insurgentes para a defesa de seus direitos, de seu território e de sua própria existência. Diante de uma crise humanitária agravada pela omissão estatal, essas lideranças transformaram plataformas digitais globais em arenas de denúncia, mobilização e articulação política. Ao fazê-lo, afirmaram seu protagonismo narrativo em uma disputa profundamente desigual – uma luta pela vida que se trava tanto no chão da floresta quanto no espaço volátil das redes.

Os achados da análise revelam o enraizamento, a sofisticação e a plasticidade de suas estratégias comunicacionais. A campanha *#ForaGarimpoForaCovid* exemplifica uma mobilização estruturada e de longo prazo, capaz de articular denúncia, pressão política e afirmação cosmológica. Já a campanha *#CadêOsYanomami* evidencia a potência de uma resposta reativa, rápida e incisiva, capaz de convocar indignação coletiva diante de uma atrocidade, ainda que seu impacto tenha sido breve, como uma chama que ilumina intensamente antes de logo se apagar.

Observadas em conjunto, essas mobilizações revelam uma notável maturidade tática: o discurso e a ação se moldam à natureza de cada crise, ora persistentes como o curso de um rio, ora abruptos como um trovão que rasga o céu da *Hutukara*. Mais do que campanhas isoladas,

elas constituem-se como expressões de um ecossistema comunicacional próprio, enraizado em cosmologias, territorialidades e epistemologias outras.

O impacto dessas práticas transcende a causa Yanomami. Ao desafiar a invisibilidade e confrontar narrativas coloniais, a etnocomunicação indígena através de suas práticas, tensiona todo o ecossistema comunicacional, convocando a um jornalismo mais ético, plural e contextualizado. Revela, também, o poder das narrativas autônomas na era digital para construir alianças, disputar a agenda pública e promover justiça social. Suas ações demonstram que, para os Yanomami, comunicar é um ato político de autodeterminação: um modo de inscrever sua presença noutro mundo, mas reivindicar o direito de existir segundo suas próprias epistemologias.

Em essência, a etnocomunicação Yanomami é prática de resistência e de reexistência. Ela transforma o *X (Twitter)* e o *Instagram* em extensões de seu território de luta, onde palavra, imagem e até silêncio se convertem em instrumentos de proteção da vida e da floresta. Suas vozes, amplificadas digitalmente, ressoam como um chamado urgente: lembram-nos de que a queda do céu, anunciada pelos *Xamãs* e pressentida na desordem do tempo, não é apenas uma metáfora indígena, mas uma advertência universal.

A crise Yanomami tensionada pelas pesquisas expõe um padrão contínuo de abandono e violação de direitos, agravado pela convivência (explícita ou silenciosa) de setores do Estado e da sociedade. A luta pela sobrevivência desse povo se desdobra em múltiplos campos, entre eles a saúde, o território, a política e, de maneira decisiva, a comunicação, que se tornou uma frente de batalha estratégica na disputa por reconhecimento e justiça.

A apropriação das redes sociais pelos Yanomami também se revelou uma ferramenta poderosa para romper o bloqueio da mídia tradicional, construir narrativas próprias e exercer pressão política direta. Essas práticas configuram, na esfera pública digital, um exemplo concreto e vigoroso do giro decolonial na comunicação, ao deslocarem o eixo enunciativo para os sujeitos historicamente silenciados e afirmarem epistemologias produzidas no interior da floresta, e não nos gabinetes institucionais.

Vimos que o ativismo digital etnosituado pauta, tensiona e frequentemente obriga o jornalismo a cobrir temas negligenciados. Porém, o jornalismo ainda permanece essencial: é ele que verifica, contextualiza, aprofunda e dá lastro às denúncias impedindo que a indignação se dissolva na efemeridade dos fluxos digitais. A relação entre ativismo e imprensa, portanto, é

simultaneamente simbiótica e tensa: uma precisa da outra, mas ambas disputam a moldura interpretativa dos acontecimentos.

Para reverter o processo histórico de violação dos direitos Yanomami, ainda se faz urgente a implementação de políticas de Estado eficazes e permanentes, voltadas à proteção territorial, à responsabilização dos financiadores e operadores do garimpo ilegal e ao enfrentamento dos discursos racistas que naturalizam a violência contra os povos tradicionais. Sem mudanças estruturais, qualquer ação emergencial corre o risco de tornar-se apenas paliativa, incapaz de alcançar a profundidade necessária para restaurar a dignidade e a segurança das comunidades.

Também é fundamental que os veículos de comunicação, em nome do interesse público, revisitem suas práticas editoriais, ampliem a diversidade de fontes e estabeleçam colaborações consistentes com organizações e comunicadores indígenas. Somente assim será possível construir uma cobertura mais ética, plural, contextualizada e comprometida com a justiça social. Um jornalismo que não apenas relate a crise, mas que a previna. Que situe historicamente e que permita que as vozes Yanomami sejam ouvidas sem mediações que empobrecem sua potência.

Yamaki ni ohotai xoa! “Nós ainda estamos sofrendo!”, em tradução livre do Yanomami, é a expressão que utilizamos para sublinhar que, mesmo após a força-tarefa promovida pelo Governo Federal na Terra Yanomami, ainda em 2025 persistem obstáculos estruturais e históricos que comprometem a efetividade da proteção aos povos indígenas. A frase ecoa como uma advertência e como um testemunho: lembra-nos de que a luta Yanomami não se encerra com anúncios oficiais ou operações pontuais. Ela continua a pulsar na floresta, nos corpos, na memória e nas palavras que esse povo insiste em fazer circular – em defesa de suas vidas (e das nossas).

Referências

- ALBERT, Bruce & KOPENAWA, Davi. **O espírito da floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BENETTI, Márcia. Análise de discurso em jornalismo. In: LAGO, Cláudia & BENETTI, Márcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 107–122.
- COSTA e SILVA, Dennefer & SANTI, Vilso Junior. Entre a (In)Visibilidade Midiática e a Omissão Estatal: a Violência Contra Mulheres Yanomami em Roraima. **Revista Discente Planície Científica**, Campos dos Goytacazes, v. 7, n. 1, 2025. Dossiê: Saberes Tradicionais e Povos Indígenas. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/planiciecientifica/article/view/68674>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- EMIRI, Loreta de. **Dicionário Yãnomamê-Português (Dialeto Wakathautheri)**. Boa Vista: Comissão Pró-Índio de Roraima; Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1987.

FRANCO, Tiago Cardoso; DI FELICE, Massimo & PEREIRA, Eliete da Silva. O net-ativismo indígena na Amazônia em contextos pandêmicos. **Estudos em Comunicação**, Covilhã, n. 31, p. 109–132, 2020. Disponível em: <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/826/pdf>. Acesso em: 17 nov. 2025.

GOMES, Evilene Paixão. **Práticas etnocomunicacionais Yanomami no X-Twitter: o caso da campanha Fora Garimpo, Fora Covid**. 2024. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/13OZT-ThoiFNwFKmeeee2wzXmhlrgTZL/view>. Acesso em: 17 nov. 2025.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI. @Hutukara. **X (anteriormente Twitter)**, s.d. Recuperado em: 17 nov. 2025. Disponível em: <https://x.com/Hutukara>.

KOPENAWA, Dario. @Dario_Kopenawa. **X (anteriormente Twitter)**, s.d. Recuperado em: 17 nov. 2025. Disponível em: https://x.com/Dario_Kopenawa.

KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MALDONADO, Alberto Efendy. El pensamiento transmetodológico en ciencias de la comunicación: saberes múltiples, fuentes críticas y configuraciones. **Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 141, p. 193–213, 2019. DOI: <https://doi.org/10.16921/chasqui.v0i141.4076>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MENDES-GUILHERME, Andrielle Cristina Moura. **Comunicadoras indígenas e a de(s)colonização das imagens**. 2022. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49569>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

PIO, Isabela Bastos. **Práticas etnocomunicacionais Yanomami no Instagram: caminhos para decolonizar a comunicação?** 2025. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2025. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1YXrzKx1hXyei2_psVzjIBQyD0qXDbeZc/view. Acesso em: 17 nov. 2025.

ROSÁRIO, Nísia Martins do & COCA, Adriana Pierre. A cartografia como um mapa movente para a pesquisa em comunicação. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 19, n. 41, 2018. DOI: <https://doi.org/10.13037/ci.vol19n41.5481>.

SANTI, Vilso Junior. Princípios teórico-metodológicos para entrever mediação e mediação. In: **Anais do VIII Seminário Internacional de Metodologias Transformadoras de la Red AMLAT**, v. 1, p. 132–135. Porto Alegre: CEPAP, 2014.

SANTI, Vilso Junior & GOMES, Evilene Paixão. Os Yanomami da Amazônia Brasileira no X-Twitter e a Campanha Fora Garimpo, Fora Covid. In: LEÓN CASTRO, Edizon (Coord.). **Epistemología de la comunicación comunitaria: reflexiones y experiencias desde/con los pueblos**. Quito: Ediciones Abya-Yala; Amawtay Wasi; Ciespal, 2025. p. 181–230.

SILVA, Vanessa Fabiola Fernandes da & SANTI, Vilso Junior. #CadêOsYanomami: o ativismo digital e a cobertura da imprensa em Roraima. **Revista Discente Planície Científica**, Campos dos Goytacazes, v. 7, n. 1, 2025. Dossiê: Saberes Tradicionais e Povos Indígenas. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/planiciecientifica/article/view/68675>. Acesso em: 17 nov. 2025.

TUPINAMBÁ, Renata Machado. Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários. *Brasil de Fato*, 11 ago. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios>. Acesso em: 17 nov. 2025.

URIHI ASSOCIAÇÃO YANOMAMI. @urihiyanomami. **Instagram**, s.d. Recuperado em: 17 nov. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/urihiyanomami/>.